

POLÍTICA

Sarney: três anos, reeleito para quatro?

A duração do mandato do presidente continua sendo discutida. E já há quem proponha sua reeleição para novo mandato pelo parlamentarismo.

Ao defender um mandato de seis anos para o presidente José Sarney, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, "manifestou uma opinião pessoal e como titular de uma Pasta política tem o direito de fazê-lo" — foi a resposta do 1º vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Egidio Ferreira Lima (PE), ontem, no plenário, à manifestação de "estraneza" do deputado Eduardo Suplicy (PT-SP) pelas declarações do ministro.

Enquanto isso, em Porto Alegre, ao comentar a manifestação de Brossard, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, acabou lançando a candidatura do presidente Sarney à reeleição, num regime parlamentarista, que poderá ser implantado pela Assembleia Nacional Constituinte. Chiarelli disse não acreditar na possibilidade de duração do mandato atual por seis anos, pois isso "se contrapõe à própria vontade manifestada do presidente".

Já para Eduardo Suplicy, Brossard, defendendo o mandato de seis anos, estaria procurando "até intimidar" os que pensam em propor, na Constituinte, que a eleição direta para presidente da República seja realizada o mais cedo possível. "Podem até, se quiserem, permitir que o presidente Sarney concorra às eleições, porque ele chegou ao poder da mesma maneira que os outros generais: na marra" — disse o deputado do PT.

Egidio Ferreira Lima lembrou que seu partido, como Tancredo Neves, defendia um mandato presidencial de quatro anos. Agora, como todo o poder estará nas mãos da Constituinte, caberá a ela decidir. O deputado Eduardo Suplicy frisou que o ideal seria a realização de eleições diretas para a presidência o mais rápido possível. Para o PT poderia ser ainda este ano, ou no máximo em novembro de 87, acrescentou Suplicy.

Para o líder do PDT, deputado Matheus Schmidt, "a proposta de Brossard é coerente com o 'fiquismo' que vem sendo praticado pela Nova República e que se traduz por manter um pequeno núcleo de poder e decisões e ampliar ao máximo esta prática que não se ajusta à sua proclamada vocação democrática". Ponderou, entretanto, que "Brossard propõe e os constituintes aceitarão são coisas totalmente diferentes".

O deputado João Gilberto (PMDB-RS) disse que a matéria deve ficar exclusivamente a critério da Assembleia Constituinte. E considerou prejudicial o debate antecipado para não limitar o trabalho da Constituinte, embora ele, pessoalmente, se incline também pelo mandato de quatro anos. O deputado Tomás Nonó (PFL-AL) recebeu com ironia a proposta do ministro Brossard para fixação do mandato presidencial em seis anos. "Ele falou com a cabeça ou com o chapéu?" — indagou o parlamentar, concluindo que o mandato deve ser de quatro anos.

As opiniões variavam na Câmara sobre a proposta do ministro Paulo Brossard. A maioria dos deputados prefere que a decisão seja tomada pela Assembleia Nacional Constituinte. Mas o deputado malufista Siqueira Campos (PDC-GO) defendeu o mandato de seis anos: "Sou favorável ao que está inscrito na Lei Magna. Seis anos. Se a Constituição modificar tal dispositivo é outra história. O ideal é o mandato de cinco anos para presidente da República e de quatro para governador de Estado e prefeito municipal. Quero, porém, o respeito ao que está atualmente previsto na Constituição: o mandato de seis anos para Sarney".

Outro malufista, o deputado Bayma Júnior (PDS-MA) tem opinião diferente: "Quem é que está pregando isso? Sou a favor das diretas em 1987. O Plano Cruzado foi para os ares. Está faltando até hamburger para sanduíche no aeroporto de Congonhas. Ante a comoção social, a saída é o povo eleger um novo presidente da República".

"Apesar de todo o respeito que tenho pelo ministro Paulo Brossard, discordo de sua tese", afirmou o deputado Hélio Duque (PMDB-PR). Para ele, também, quem deve decidir sobre o tempo de duração do mandato presidencial é a Assembleia Nacional Constituinte. "Vou defender o mandato de quatro anos, segundo o compromisso público da Aliança Democrática, firmado pelo falecido Tancredo Neves", frisou o parlamentar.

O deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou, no plenário da Câmara que a afirmação do ministro Paulo Brossard, de que o mandato do presidente Sarney deve ter a duração de seis anos "é pouco séria". Essa, segundo o deputado, é uma questão a ser decidida pela Assembleia Nacional Constituinte. Por isso, disse não saber se Brossard, "espécie de xerife da direita", está defendendo sua permanência na Pasta da Justiça até 1990 "ou se está fazendo campanha para suceder o presidente Sarney". No Rio, o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, apoiou a adoção do sistema parlamentarista de governo e disse que é a favor da fixação de um mandato de seis anos para o presidente da República.

O parlamentarismo aprovado pela pré-Constituinte

O jurista e candidato à Constituinte pelo PMDB de São Paulo, Miguel Reale Jr., disse ontem que "há fortes desconfiâncias em relação ao parlamentarismo, e há, de outra parte, uma crença instalada na consciência dos brasileiros de que o presidente da República deve ser eleito por maioria absoluta". "E esta crença significa eleger alguém que vá conduzir os destinos da Nação, após ter sido ouvido pelo povo. E a idéia de se dar ao primeiro-ministro ou presidente do conselho a tarefa de dirigir a administração surge com um significado de se estar retirando do povo a decisão sobre os destinos do Brasil".

A maior parte dos membros da

comissão apóia a proposta parlamentarista, mas o principal incentivador do projeto foi seu presidente, Afonso Arinos. O procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, não concordou, por sua vez, com algumas opiniões de que a proposta parlamentarista da comissão envolve uma redução perigosa do poder presidencial. Ele disse que o projeto prevê a manutenção da chefia do Estado com o presidente da República, e destacou que "ainda assegura ao presidente da República a liderança das grandes linhas do governo". Pertence acha que o modelo parlamentarista proposto pela comissão terá condições de assegurar

estabilidade constitucional ao País.

O presidente da República poderá escolher livremente o presidente do Conselho de Ministros, no sistema parlamentarista de governo, se, após, segundo veto a nomes submetidos à Câmara, esta não escolher um novo nome, por maioria absoluta, para presidir o conselho. Esta foi a proposta aprovada ontem pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, reunida no Rio de Janeiro.

Se a Constituinte endossar o projeto de parlamentarismo da comissão, o presidente da República poderá exonerar o presidente do conselho, devendo, em dez dias, indicar seu substituto à Câmara, em

mensagem na qual terá de expor as razões de sua decisão.

Dissolução

O presidente da República poderá, ainda, dissolver a Câmara dos Deputados, tendo, porém, de ouvir previamente o Conselho de Estado se, dentro do prazo de dez dias a contar do recebimento do pedido, for recusado por maioria absoluta de seus membros voto de confiança solicitado pelo presidente do conselho.

Está confirmado: o projeto parlamentarista prevê que a Câmara não poderá ser dissolvida no primeiro ano de mandato dos deputados nem nos últimos seis meses do mesmo mandato.

Dúvida do CFE: que fazer do ensino?

Após duas horas e meia de discussão em torno do documento "Educação e Constituinte", o Conselho Federal de Educação, constatou ontem que não há unanimidade entre seus membros para priorizar o combate ao analfabetismo, nem sobre se o estudante do ensino superior deve custear seus estudos ou que a Constituição seja mudada para que o Estado não



monopolize o ensino em qualquer de seus níveis. O autor do documento e coordenador da comissão especial, do CFE, Manoel Gonçalves, concordou em mudar o texto ou acrescentar sugestões do plenário, mas como também discordou de algumas, o presidente do CFE, Fernando Gay da Fonseca, resolveu encaminhar a fita do debate à Comissão Constitucional.

Advogados e governo: um confronto em Belém.

A XI Conferência Nacional da OAB, que se realiza em Belém, deverá marcar um fosso separando os advogados e o governo da Nova República. As divergências e as expectativas mutuamente hostis ficaram claramente evidenciadas já na sessão solene de abertura, na segunda-feira à noite, e se aprofundam nos debates iniciados ontem, que prosseguirão até sexta-feira. O comparecimento à solenidade do consultor-geral da República, Saulo Ramos, representando o presidente José Sarney, que já não era esperado, permitiu um confronto direto.

Em um trecho do seu pronunciamento, o consultor-geral referiu-se a pesquisas indicando que 70% da população desconhece o que é Assembleia Nacional Constituinte, embora vá eleger em novembro as pessoas encarregadas de elaborar a Constituição do País. Alertou Saulo Ramos para a responsabilidade que têm os advogados de esclarecer a opinião pública sobre o significado da Constituinte. Abandonando o texto escrito, o presidente da OAB do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Madeira, deu pronta resposta ao representante do presidente.

Disse Madeira que o povo não sabe o que é Constituinte "porque o governo não quer que ele saiba", acrescentando não terem os advogados qualquer responsabilidade em relação a essa ignorância: "Essa responsabilidade é de quem quer se manter no poder", disse, lembrando que o ato convocatório da Constituinte, feito pelo governo, excluiu um debate nacional, e que a coincidência das eleições constituintes com a escolha dos governadores "desviou a questão principal".

Todos os advogados que se manifestaram sobre o assunto não pouparam críticas ao governo por ter "desnaturado" a função da Constituinte, confundindo-a com a atividade legislativa. Provavelmente o procurador Saulo Ramos iria responder às críticas feitas pela direção nacional da OAB e contra-atacar, mas quando ele mal iniciara seu discurso foi interrompido por uma pessoa do auditório, que protestava contra os decretos-leis. A intervenção parecia indicar que uma parte da platéia estava disposta até a vaiar Ramos se ele fizesse uma sustentação mais firme das posições do governo e por isso seu pronunciamento foi brande.

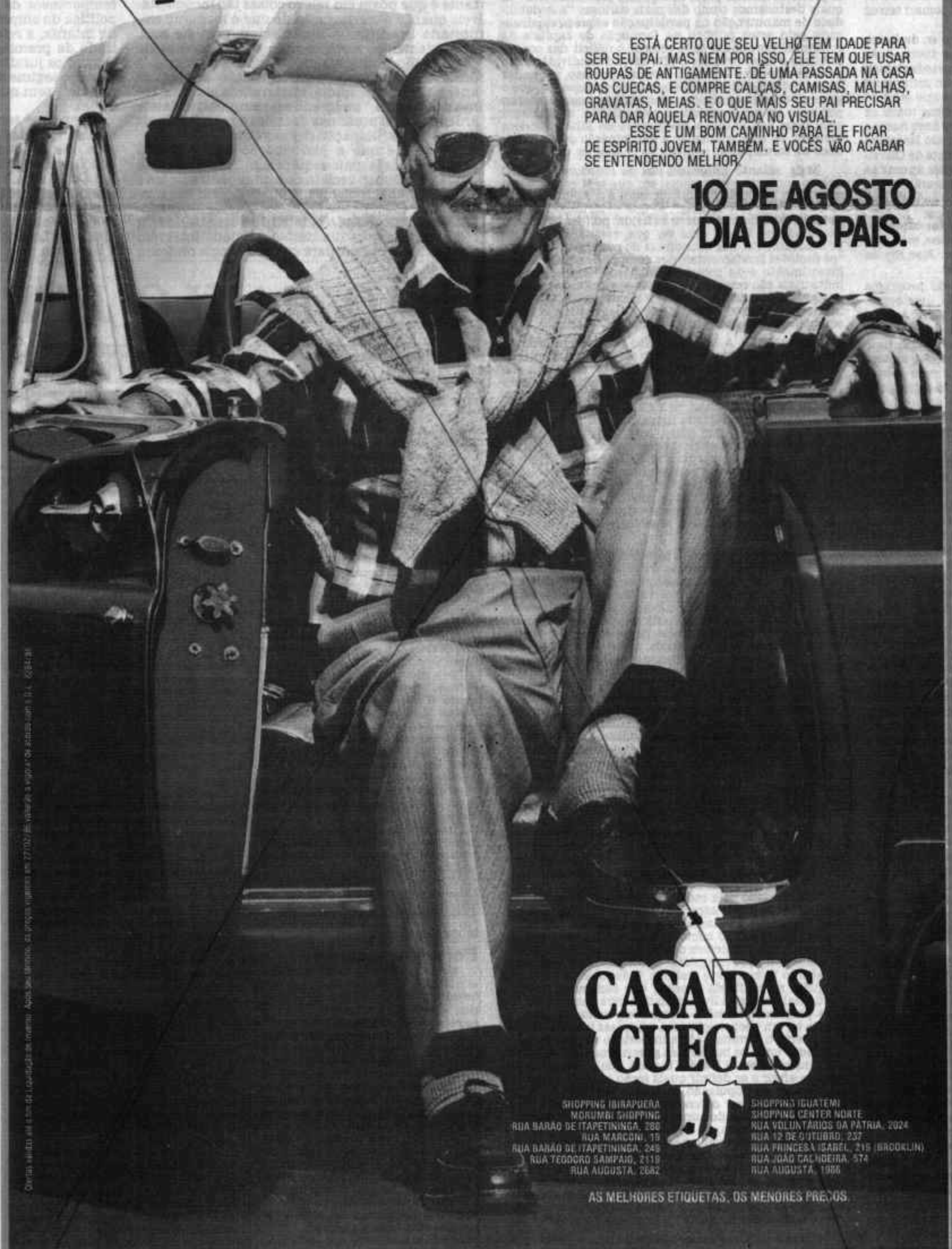
A opção refletiu-se sobre o presidente da OAB: Herman Assis Baeta manifestou a assessoria a disposição de deixar de lado o texto escrito, de 17 laudas, e responder com firmeza, de improviso, ao pronunciamento do consultor-geral da República. Mas isso não chegou a ser necessário e ele manteve-se preso ao texto, que só foi liberado à imprensa depois que ele o leu.

Militares

As palestras pronunciadas ontem, porém, foram uma constante reação crítica ao comportamento do governo. O advogado Hélio Bieudo, por exemplo, disse que os militares ainda têm uma participação muito forte nas decisões do governo, movidos pela doutrina de segurança e desenvolvimento que os leva a manter a tutela sobre a sociedade civil. "Está-se formando a mesma aliança entre militares e empresários, que resultou no golpe de 1964", observou Bieudo. Ele admite que é preciso "ter cautela na abertura do tampão porque, junto com a fumaça, pode vir o negror do autoritarismo", mas ainda assim acha que "não é mais possível contemporizar o processo político. Ou ousamos, enfrentando os problemas com o apoio da sociedade, ou ficaremos em uma democracia relativa, apenas para efeito externo".

Já o advogado Dalmo de Abreu Dallari apresentou diversas sugestões que, no seu entender, permitiriam dar conteúdo real ao disposto constitucional que subordinou o direito de propriedade ao desempenho de uma função social. Assim, um bem sem utilização deveria ser considerado "em abandono", como foi estabelecido na Constituição portuguesa. Haveria três tipos de bens: os de uso e consumo, os de produção e os de especulação. Cada pessoa só poderia dispor de dois bens de uso (um para moradia e outro para lazer) e mais um de produção. Nenhuma área rural poderia exceder 20 mil hectares, "o que é o bastante, já que a Constituição diz que 100 hectares garantem a sobrevivência de uma família". Os proprietários teriam o prazo de cinco anos para se adequar a essas exigências, após o que as áreas em excesso ou mau uso reverteriam ao patrimônio público.

FAÇA O VELHO FICAR NOVO.



ESTÁ CERTO QUE SEU VELHO TEM IDADE PARA SER SEU PAI. MAS NEM POR ISSO, ELE TEM QUE USAR ROUPAS DE ANTIGAMENTE. DE UMA PASSADA NA CASA DAS CUECAS, E COMPRE CALÇAS, CAMISAS, MALHAS, GRAVATAS, MEIAS. E O QUE MAIS SEU PAI PRECISAR PARA DAR AQUELA RENOVADA NO VISUAL. ESSE É UM BOM CAMINHO PARA ELE FICAR DE ESPÍRITO JOVEM, TAMBÉM. E VOCES VÃO ACABAR SE ENTENDENDO MELHOR.

10 DE AGOSTO DIA DOS PAIS.

CASA DAS CUECAS

- SHOPPING IBIRAPUEIRA
- MORUMBI SHOPPING
- RUA BARÃO DE ITAPETINGA, 288
- RUA MARCONI, 19
- RUA BARÃO DE ITAPETINGA, 245
- RUA TEODORO SAMPARÓ, 2118
- RUA AUGUSTA, 2682
- SHOPPING IGUATÊMI
- SHOPPING CENTER NORTE
- RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 2024
- RUA 12 DE OUTUBRO, 227
- RUA PRINCESA ISABEL, 218 (BROOKLIN)
- RUA JOÃO CALNEIRA, 574
- RUA AUGUSTA, 1986

AS MELHORES ETIQUETAS. OS MENORES PREÇOS.

LIQUIDAÇÃO DE INVERNO.